



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXVI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2022

DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA SOB O PARADIGMA SUSTENTÁVEL: UMA ANÁLISE DO FUNDO AMAZÔNICO

Renata Ferreira de Amorim¹; Telma C. S. Teixeira²

1. Bolsista PIBIC/UEFS, Graduado em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: amorim.renata45@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: telma@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Sustentabilidade; Fundo Amazônico.

INTRODUÇÃO

Ao longo da segunda metade do século XX, com a assunção de diretrizes acordadas entre países-membros da Organização das Nações Unidas, o tratamento da temática ambiental passou a adquirir vulto. Nas duas últimas décadas, as questões atreladas ao tema *desmatamento e intensificação do aquecimento global*, com cada vez mais renitência, tem marcado a tônica das discussões – tanto nos meios jornalísticos, de negócios, quanto nos ambientes de interações cotidianas informais – ampliando a cena participativa à sociedade civil na mobilização organizada e articulação de medidas propositivas de mudança.

Inserido neste panorama, o Brasil, que detém a maior porção territorial integrando o bioma amazônico, já havia se disposto a não se eximir da responsabilidade de gerir seus recursos naturais, segundo uma diretriz que garanta a preservação do Meio Ambiente. O histórico do desenvolvimento, entretanto, mostra equívocos nas iniciativas pretéritas. Com o intento de expandir o desenvolvimento para a Região Norte, em especial para o território amazônico, o poder público e segmentos ligados à indústria de transportes e outras empreenderam tentativas de desenvolvimento a partir de 6 programas durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, - como Programa de Integração Nacional (1970) e o Polamazônia (1974-1980) – mas produziram resultados lesivos ao Bioma (KOHLHEPP; 2002).

Como a percepção da centralidade na dinâmica dos ciclos hidrológicos e demais interrelações do bioma é recente, iniciativas foram formuladas para alavancar o desenvolvimento econômico na porção brasileira, seja através de programas nacionais de integração ou financiamentos oriundos de fundos internacionais, como os que são geridos sob a chancela do Banco Nacional de Desenvolvimento, mediante aportes de recursos da Noruega e Alemanha.

Ratificado a partir do Decreto de Nº6.527 de 2008, o Fundo Amazônia tem como propósito subvencionar ações para **prevenção, combate e monitoramento** do desmatamento na Amazônia Legal (BNDES, 2013). Consoante dados do Relatório de Avaliação 2008-2018 (FA, 2019), de 2009 até o ano de 2018, o Fundo já contabilizou

apoio financeiro a 100 projetos, na ordem de R\$ 1,8 bilhão. No transcurso da vigência do Fundo até 2018, é possível avaliar resultados no processo de *big push* no desenvolvimento sustentável, nos componentes produção sustentável, monitoramento, ciência, instrumentos econômicos, entre outros (CEPAL, 2020).

Desta feita, faz-se necessário que o prosseguimento do processo de desenvolvimento seja conduzido por vias que não incorram na devastação da flora amazônica, comprometimento do arranjo cultural e dos saberes nativos que sobrevivem na região.

Em um escopo geral e condizente com a abrangência e interdisciplinaridade do tema, o presente relatório de pesquisa analisa a evolução quantitativa dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia com enfoque temporal no quinquênio 2013-2018. Na sequência, avaliam-se os efeitos do Fundo sobre vetores socioeconômicos e ambientais.

METODOLOGIA

O processo de monitoramento dos resultados dos projetos subvencionados pelo FA estrutura-se em quatro componentes colunares, as quais são derivadas das quatro áreas de atuação. Ambas compõem um organograma de indicadores de desempenho, impacto e evolução do Quadro de Resultados.

Por seu turno, cada componente ramifica-se em indicadores - ou "eixos" - de avaliação (FA, 2021). A discriminação dos resultados por cores objetiva indicar: eficácia e efetividade. Isto é, trata-se de uma esquematização para identificar impactos diretos e indiretos.

Com enfoque no quinquênio 2013-2018 e no intervalo 2013-2020, para a análise, foram selecionados indicadores pontuais de cada componente. Para tanto, foram consultadas as edições de 2013 a 2016, 2019 e 2020 dos relatórios de resultados produzidos pelo FA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criado em 2008, o Fundo Amazônia se fundamentava na distribuição direcionada de recursos não reembolsáveis tendo como objetivo geral reduzir o desmatamento através da promoção do desenvolvimento sustentável (FA; 2020). Desta feita, com a finalidade de promover os eixos prioritários de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, o plano de ação focalizou 4 áreas de atuação. Quais sejam: produção sustentável, monitoramento e controle, ordenamento territorial e ciência, inovação e instrumentos econômicos.

No que se refere ao raio de atuação, o Fundo destina-se ao financiamento de iniciativas de desenvolvimento dos territórios da Amazônia Legal. Assim, compreende os Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão.

A captação de recursos não constitui etapa única para a efetivação de aportes nos projetos. A liberação de recursos está condicionada ao cumprimento de requisitos: fiscalização *in loco* para apuração da execução do projeto e demonstração de resultados. Outrossim, anualmente, o Fundo Amazônia publica relatórios de demonstração financeira e desempenho das Componentes de atuação, bem como metas, monitoramento e avaliações de impacto.

O componente 1 do Fundo Amazônia refere-se às ações dedicadas ao desenvolvimento econômico sustentável das comunidades da Amazônia Legal. Com as ações realizadas

até 2020, tinha-se em vista “criar uma alternativa econômica que viabilize a conservação da vegetação nativa” (FA, 2020, p. 53). O componente decompõe-se em 16 eixos de avaliação. Assim, para analisar a contribuição de alguns eixos na redução do desmatamento, foram selecionados *Desembolso e Recuperação de áreas para fins econômicos*.

Em linhas gerais, os eixos Desembolso e Recuperação de áreas para fins econômicos, integrantes do componente 1, Fomento às atividades produtivas sustentáveis, pode ter seu impacto reconhecido como positivo na redução dos danos florestais registrados pelo INPE durante o período. Outrossim, pode ter alcançado parte da proposta que assenta o FA: incentivar o desenvolvimento econômico, através de práticas sustentáveis, recuperando áreas e dirimindo as formas de avanço do desmatamento.

Parte da proposta de fortalecer a prevenção e o combate às práticas e incidentes que acentuam o desmatamento, a Componente 2 destaca-se por aferir medidas de enfrentamento direto com eventos críticos. Com essa finalidade, os eixos de colunares de atuação voltam-se para a capacitação de corpo de agentes para atuação em campo; dispêndio direcionado a missões de combate ao desmatamento; desenvolvimento de sistemas e práticas de gestão e regularização de terras através do Cadastro Ambiental (FA; 2021).

Os mecanismos adotados antes e após o ciclo 2013-2020 escalaram em ritmo contínuo. Observando da perspectiva de combate, o desempenho das variáveis pode apontar para a eficiência de aportes na atuação combativa de práticas de queimadas na mata, associada a uma crescente fiscalização e capilaridade de terras regularizadas a partir do cadastro no CAR. Entrementes, por outra perspectiva, também pode dar mostras de persistência de atividades-vetores do desmatamento, apesar da operância de medidas subvencionadas pelo fundo.

A componente 3 tem em vista a ocupação ordenada da floresta visando o desenvolvimento da Região. Desta feita, ao primar pela preservação etnoambiental, os eixos de atuação e avaliação são dedicados a promover a criação e proteção de Unidades de Conservação (UCs), Terras Indígenas e incentivar a produção agroflorestal (FA; 2021).

De modo geral, a componente tem sido relevante na consolidação da gestão territorial dos territórios a partir da preconização dos interesses de preservação socioambiental. Durante o período 2013-2018, a média de UCs criadas para os fins de preservação e alcance das metas do FA, correspondeu a 7.189,2 Km²., mas com estacionaridade de 2015 até 2020. Contudo, tanto o número de etnias beneficiadas quanto a extensão em áreas protegidas ampliaram-se durante o intervalo 2013-2020 – exceto apenas no último anuênio com a queda no número de beneficiários.

Os eixos de atuação científico-tecnológica integram a Componente 4. Os eixos de atuação incentivam e dão sustentação a parcerias entre as Universidades e comunidades da Amazônia Legal (FA, 2013).

Em média, o investimento anual em pesquisa e integração de pesquisadores, com a subvenção do FA, situou-se em R\$ 60.167.500,00. Se apurado o crescimento para o quinquênio 2013-2018, obtém-se um percentual de 843,6% de aumento em relação ao ano-base, 2013. Não obstante, o ano de 2020 apresentou uma queda de 1,13% no

desembolso para pesquisa científica e tecnológica, em comparação com o primeiro ano da série (2013).

A despeito da queda no valor do investimento, o número de pesquisadores envolvidos e o crescente quantitativo de publicações apontam para uma possível otimização no uso de recursos nesta componente, posto que, a relação entre os três indicadores interferiu negativamente na produção de publicações, mesmo em cenário de retração de recursos. Assim, infere-se que a dinâmica científico-tecnológica no último ano da série não reflete todo o quadro de interações progressivas dos indicadores – entre desembolso, número de pesquisadores e publicações – ao longo dos anos, não devendo ser tomado como referência correlativa para os anos anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conjunto, todas as componentes foram aprimoradas conforme o amadurecimento dos projetos, que ensejou a criação de novos indicadores para uma depuração mais transparente dos resultados.

As ações subvencionadas pelo FA enquadram-se no princípio de produzir sem comprometer a capacidade de regeneração do bioma. Assim, tem-se em vista superar os danos gerados pelas propostas pretéritas e assegurar o desenvolvimento e preservação ambiental a partir de estratégias distintas. O FA deu continuidade às iniciativas de adotadas pelo Brasil para reverter as consequências de planos de integração desalinhados com as prioridades ambientais e respeito aos direitos das comunidades indígenas, como o PIN.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha H. **Geopolítica da Amazônia**. Estud. av. vol.19 no.53, p 71-86. São Paulo Jan./Apr. 2005.

COELHO-JUNIOR et al. Unmasking the impunity of illegal deforestation in the Brazilian Amazon: a call for enforcement and accountability. *Environmental Research Letters*, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 041001, 13 fev. 2022. IOP Publishing.

INPE. PRODES-Terra Brasilis. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000200004>.

MARCOVITCH, Jacques; PINSKY, Vanessa. **Bioma Amazônia: atos e fatos**. Estudos Avançados, V. 34 (N.100), p. 83-106.

SOUZA, Murilo. Projeto do governo viabiliza exploração de minérios em terras indígenas. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Agência Câmara de Notícias. Brasília, p.1-2. 6 de fev 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas>. Acesso em 17 de fev. 2022, às 09:39 h.

VELLOSO, J. P. dos R. (2017). Estratégia de Desenvolvimento e o Programa de Integração Nacional. *Revista Do Serviço Público*, 105(2), 15-30.